

Exportadores esperam mais crédito

por Cynthia Malta
de São Paulo



Ingo Zadrozny

O acordo provisório da dívida externa, firmado sabado entre o governo brasileiro e o comitê dos bancos credores e que prevê o refinanciamento de juros no período 1987/88 e primeiro semestre de 1989 e um aumento de US\$ 600 milhões em créditos comerciais, obteve a total aprovação de empresários do setor de comércio exterior. No entanto, os exportadores lembram de que, caso esse acordo não seja acompanhado de medidas como controle da inflação e redução do déficit público, um acordo de longo prazo da dívida favorável ao Brasil dificilmente será alcançado.

Na opinião do presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Ingo Zadrozny, "o acordo foi positivo na medida em que propicia uma expansão nas linhas de crédito de curto prazo para o exportador brasileiro". Ultimamente, o prazo fixado para

essas linhas de crédito era de trinta dias; agora, segundo Zadrozny, o Citibank — considerado o termômetro do mercado para a liberação de créditos — "já coloca a possibilidade de sessenta dias". Além disso, segundo Zadrozny, outro aspecto favorável derivado desse acordo é a retirada temporária da ameaça norte-americana de retaliar produtos brasileiros importados pelos EUA, que

esperam uma definição do governo brasileiro sobre a legislação de "software" até 19 de abril próximo.

Zadrozny acredita que esses fatores positivos, inclusive o interesse crescente em promover a conversão da dívida em cruzados aplicados no País, se forem seguidos de uma política de controle da inflação e redução do déficit público "possibilitarão a retomada dos investimentos". E a meta, prevista há pouco mais de dois anos, quando Zadrozny assumia a presidência da AEB, de que as exportações e importações brasileiras deveriam crescer cerca de 10% ao ano, "está mais próxima".

Apesar de lembrar que o acordo firmado "não resolve o problema da dívida externa brasileira", o vice-presidente da Cotia Tra-

ding, Roberto G. Fonseca, disse que a decisão tomada entre os bancos credores e o governo brasileiro "teve o grande mérito de devolver certa tranquilidade ao País". O empresário considerou que esse acordo é um primeiro passo para "a redução das incertezas econômicas, o que incentiva a retomada dos investimentos no País".

Para Fonseca, "a questão da liquidez está praticamente resolvida". O valor a ser enviado pelos bancos credores, cerca de US\$ 6,4 bilhões, acrescido do superávit comercial a ser atingido neste ano, que Fonseca estima fique em US\$ 10 bilhões, daria ao Brasil a chance de equilibrar o seu fluxo de caixa, sem precisar gastar suas reservas para saldar seus compromissos externos.